

Caminhos da Transição Agroecológica no Brasil: Experiências Reais em Debate

Paths of Agroecological Transition in Brazil: Real Experiences in Debate

Caminos de la Transición Agroecológica en Brasil: Experiencias Reales en Debate

Maurício de Oliveira Silva¹

Thomas Leonardo Marques de Castro Leal²

Michele Martins Corrêa³

Vivianni Marques Leite dos Santos⁴

DOI: <https://doi.org/10.69872/revistafoz.v8i1.314>

Resumo: O artigo analisa a transição agroecológica como processo técnico, cultural e político, integrando saberes populares e científicos. Com base em cinco experiências, destaca práticas sustentáveis, autonomia, justiça social e regeneração ambiental. Ressalta a importância do resgate de saberes ancestrais, fortalecimento da agricultura familiar e políticas públicas para consolidar esse modelo sustentável.

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologia; Transição sustentável; Economia; Natureza.

Abstract: The article analyzes agroecological transition as a technical, cultural, and political process, integrating popular and scientific knowledge. Based on five experiences, it highlights sustainable practices, autonomy, social justice, and environmental regeneration. It emphasizes the importance of rescuing ancestral knowledge, strengthening family farming, and public policies to consolidate this sustainable model.

Keywords: Agroecology; Ecology; Sustainable transition; Economy; Nature.

Resumen: El artículo analiza la transición agroecológica como un proceso técnico, cultural y político, integrando conocimientos populares y científicos. Basado en cinco experiencias, destaca prácticas sostenibles, autonomía, justicia social y regeneración ambiental. Enfatiza la importancia de rescatar saberes ancestrales, fortalecer la agricultura familiar y promover políticas públicas para consolidar este modelo sostenible.

Palabras llave: Agroecología; Ecología; Transición sostenible; Economía; Naturaleza.

1 Introdução

A agroecologia tem como base a economia solidária, sendo um modelo de produção que respeita a natureza e os seres humanos, com uma preocupação ética que visa conscientizar o maior número de pessoas possível (PIRES, 2021). Nesse sentido, uma agroecologia descomprometida com a transformação social e que atue de forma isolada, ou apenas se limite a minimizar e reparar os danos de práticas agressivas à biodiversidade, não possibilitará um futuro sustentável para as novas gerações. A agroecologia, portanto, configura-se como um movimento que transcende a

¹ Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). <https://orcid.org/0000-0001-6158-0836> m.osilva@hotmail.com, @lourinhaesuaturna

² Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). <https://orcid.org/0000-0001-5656-783X>

³ Doutora em Biologia Vegetal. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). <https://orcid.org/0000-0002-8560-9397>

⁴ Doutora em Química. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). <https://orcid.org/0000-0001-8741-8888>

produção agrícola, incorporando práticas que buscam a regeneração do solo, a valorização dos saberes tradicionais e a justiça ambiental (PRIMAVESI, 2002).

Ana Primavesi, pioneira da agroecologia, destaca que a saúde do solo é o ponto de partida para qualquer sistema produtivo sustentável. Segundo a autora, "o solo não é apenas um substrato inerte, mas um organismo vivo, cuja fertilidade depende da interação equilibrada entre componentes químicos, físicos e biológicos" (PRIMAVESI, 2002, p. 45). Assim, práticas que degradam os solos, como o uso excessivo de agrotóxicos e a monocultura, comprometem a vida não apenas do agroecossistema, mas de todo o planeta. Para ela, a agroecologia deve ser vista como um caminho para a "reconciliação entre o homem e a terra" (PRIMAVESI, 2002, p. 87).

A transição agroecológica, por sua vez, é um processo transdisciplinar que integra o saber científico e os saberes populares, promovendo um diálogo entre diferentes formas de conhecimento, incluindo o senso comum e as tradições culturais (COSTABEBER; MOYANO ESTRADA, 2000). Nesse contexto, Ailton Krenak, filósofo indígena e ativista ambiental, reforça a necessidade de uma nova relação com a natureza: "Precisamos parar de tratar a Terra como um recurso a ser explorado e começar a vê-la como um ser vivo do qual fazemos parte" (KRENAK, 2019, p. 25). Para Krenak, a proposta agroecológica está alinhada a uma visão de mundo em que há interdependência entre humanos e natureza, rompendo com a lógica utilitarista e predatória do capitalismo.

Além disso, Altieri (2004) argumenta que a transição agroecológica não se limita a reduzir a dependência de insumos químicos, mas também busca transformar as dinâmicas de poder no sistema agroalimentar. Para Caporal (2020), a transição agroecológica caracteriza-se como um movimento que visa transformar sistemas agroalimentares insustentáveis em estilos de agricultura que promovam sustentabilidade socioambiental e justiça social. Nesse sentido, Primavesi (2002) complementa que a estabilidade produtiva só será alcançada quando houver respeito aos limites naturais do solo e dos ecossistemas.

Krenak (2019) critica o modelo capitalista, apontando que sua lógica de consumo e acumulação é incompatível com a preservação ambiental. Para ele, "a ideia de progresso infinito é uma armadilha que nos afasta da verdadeira conexão com a Terra" (KRENAK, 2019, p. 42). Essa crítica dialoga com a reflexão de Bourdieu (1989), que aponta que o capitalismo se sustenta em um processo simbólico que aliena os indivíduos, levando-os a priorizar o consumo em detrimento de uma relação equilibrada com a natureza.

O consumo de imagens e a alienação promovida pela sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003) contribuem para reforçar essa desconexão. No entanto, como afirma Mézáros (2002), a transformação não será alcançada apenas com mudanças pontuais, mas com uma ruptura estrutural que questione as bases do modelo hegemônico de produção e consumo.

A transição agroecológica, ao se opor ao modelo convencional, exige problematizações sobre métodos e dados que estruturam os sistemas agrícolas atuais. Conforme Gliessman (2015), essa mudança requer a reorganização de processos produtivos, a avaliação de métodos de monitoramento e a formulação de políticas públicas que fortaleçam práticas sustentáveis. Além disso, é essencial incorporar os saberes ancestrais e indígenas, como propõe Krenak (2019), que ressalta a importância de respeitar as tradições dos povos originários e sua relação sagrada com a terra.

Diante do contexto atual de crise socioambiental, torna-se urgente repensar os modelos produtivos e reforçar alternativas sustentáveis. Este estudo tem como objetivo analisar a transição agroecológica a partir da descrição e avaliação de cinco experiências concretas, identificando em qual fase do processo de transição cada uma se encontra, conforme a proposta de Altieri (2012), além de refletir criticamente sobre os métodos utilizados, seus entraves e potencial transformador. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de superar discursos meramente retóricos sobre sustentabilidade, evidenciando ações práticas que contribuam para um modelo agrícola mais justo, autônomo e equilibrado economicamente, ambiental e socialmente.

2 Metodologia

Adotou-se uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32), esse tipo de pesquisa é conduzido “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites”. O objetivo foi fundamentar teoricamente os processos e métodos utilizados para a transição agroecológica e promover a sua discussão crítica. Essa etapa mostrou-se fundamental para a identificação de conceitos-chave, estratégias metodológicas e experiências anteriores, que forneceram subsídios teóricos relevantes para a análise dos dados.

2.1 Estratégias de pesquisa

As palavras-chave utilizadas na revisão bibliográfica foram: “transição agroecológica”; “agroecossistemas em transição”, “agroecologia e transição” e “agroecologia e sociedade” na base

da Scielo e do Google Acadêmico, entre 2010-2024. A partir dessa busca, foram selecionados artigos científicos que documentam experiências agroecológicas para futura seleção dos relatos.

2.2 Natureza da pesquisa

Este estudo possui abordagem qualitativa, conforme caracterizado por Gerhardt e Silveira (2009), ao centrar-se na compreensão de aspectos da realidade que não podem ser diretamente quantificados, como as dimensões sociais, culturais e ambientais envolvidas na transição agroecológica. Para a análise, foram consideradas as fases da agroecologia (conforme apresentado no Quadro 1), com base em referenciais teóricos que compreendem seu desenvolvimento enquanto ciência, prática agrícola e movimento sociopolítico. Como base teórica, adotou-se o referencial de Miguel Altieri, reconhecido como um dos principais autores da agroecologia na América Latina, a fim de identificar em qual fase cada texto analisado se insere e de que forma contribui para o fortalecimento do campo agroecológico.

Quadro 1 - Esquema das fases da transição agroecológica segundo Altieri (2012)

Fase	Descrição	Objetivo Principal	Exemplos de Práticas
Fase 1: Eficiência Técnica	Aperfeiçoamento do modelo convencional com foco em eficiência no uso de insumos.	Reduzir o uso de insumos sintéticos e minimizar danos ambientais.	Agricultura de precisão, uso racional de água, controle integrado de pragas.
Fase 2: Substituição de Insumos	Substituição dos insumos industriais por alternativas ecológicas.	Diminuir dependência química e introduzir práticas sustentáveis.	Biofertilizantes, controle biológico, compostagem.
Fase 3: Redesenho do Sistema	Reestruturação do sistema agrícola com base em princípios agroecológicos.	Criar sistemas autossustentáveis e diversificados.	Policultura, agroflorestas, rotação de culturas.
Fase 4: Recriação da Base Econômica	Fortalecimento de mercados locais e redes de cooperação.	Autonomia econômica dos agricultores familiares.	Feiras agroecológicas, cooperativas, CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura).
Fase 5: Transformação Sociopolítica	Superação do modelo capitalista de produção e consumo.	Justiça social, soberania alimentar, mudança estrutural.	Reforma agrária, demarcação de terras, protagonismo dos povos tradicionais.

Fonte: Altieri, 2012.

Com base nas informações levantadas, os resultados foram organizados em eixos temáticos, com o propósito de evidenciar a importância da agroecologia enquanto ciência e prática no processo de transição agroecológica. Busca-se, ainda, compreender o papel estratégico da agroecologia nessa transição e demonstrar, por meio de relatos práticos, como determinadas experiências representam avanços concretos rumo a sistemas de produção sustentáveis. Para tanto, a análise foi estruturada nos seguintes tópicos:

a) *A importância de discutir agroecologia e transição agroecológica*: Neste tópico, discute-se a relevância da agroecologia como alternativa ao modelo agrícola convencional, enfatizando sua contribuição para a sustentabilidade ambiental, social e cultural. A transição agroecológica é apresentada como um caminho necessário para superar os impactos negativos do agronegócio.

b) *O papel da agroecologia na transição*: aborda-se aqui os fundamentos teóricos que sustentam a transição agroecológica, com ênfase na valorização dos saberes tradicionais, na pluralidade epistemológica e na relação simbiótica entre seres humanos e natureza.

c) *A transição agroecológica na prática*: Este tópico analisa as experiências agroecológicas descritas nos relatos selecionados, identificando em qual fase da transição agroecológica cada uma se encontra, conforme os estágios propostos por Altieri (2012). A análise considera os métodos adotados, os desafios enfrentados e os resultados obtidos em cada caso.

3 Resultados e discussão

Como resultado da etapa exploratória, foram inicialmente identificados 36 artigos científicos relacionados ao tema da agroecologia. A partir desse conjunto, foram selecionados cinco artigos que relatam casos concretos de transição agroecológica, por apresentarem experiências aplicadas, com detalhamento de práticas e estratégias de manejo.

A escolha desses cinco artigos justifica-se por sua relevância empírica e aderência ao referencial teórico adotado, especialmente às cinco fases da transição agroecológica propostas por Altieri (2012). Cada artigo contribui com elementos distintos que permitem analisar em qual fase da transição a experiência relatada se insere, possibilitando, assim, uma discussão fundamentada sobre os avanços, desafios e contribuições de cada caso para o fortalecimento da agroecologia enquanto prática e paradigma alternativo.

Além disso, os textos selecionados abordam diferentes contextos territoriais, sociais e produtivos, o que enriquece a análise comparativa e amplia a compreensão das múltiplas dimensões da transição agroecológica. Dessa forma, a seleção buscou assegurar diversidade metodológica e representatividade temática, permitindo um olhar crítico e aprofundado sobre os processos transicionais e transformadores no campo agroecológico.

3.1 A importância de discutir agroecologia e transição agroecológica

A tarefa de questionar práticas que amenizam séculos de degradação e exploração do

planeta ultrapassa uma visão segmentada e unilateral dos impactos ao solo. É preciso compreender o solo como parte integrante de um organismo único, no qual o ser humano não é o centro, mas um elemento pertencente à “Mãe Terra”, como propõe a liderança indígena Ailton Krenak (2019) em *Ideias para adiar o fim do mundo*, ao refletir sobre a crise civilizatória.

Mészáros (2002) afirma que não há como conciliar as práticas que sustentam o metabolismo social do capitalismo; a mudança radical é imprescindível, pois não existe outro caminho possível. Os meios de comunicação e a propaganda apoiados em interesses burgueses reforçam a falsa ideia de que não há alternativas, estratégia usada para desmobilizar qualquer proposta que não esteja alinhada às necessidades do capital.

Entretanto, tratar a transição agroecológica como “tendência” ou “solução” é arriscado, já que os povos originários — referidos pejorativamente pela historiografia ocidental como “índios” — mantêm um legado milenar de produção alimentar integrada e harmônica com a natureza (WITTMAN, 2011). Esses povos guardam saberes ancestrais que, se resgatados e aplicados, podem fundamentar práticas transformadoras.

Muitas propostas de “menor impacto”, mesmo rotuladas e certificadas, reproduzem-se como formas de *greenwashing* – isto é, aparecem como sustentáveis somente no discurso, sem substância prática (LOVATO, 2013). Essas iniciativas, inseridas nos moldes capitalistas, geram impactos sociais, culturais e ambientais muito limitados, ameaçando a harmonia da vida humana no planeta.

Para Krenak (2019), a transição agroecológica exige o resgate das ancestralidades: olhar para o passado, entender a violência histórica e não repetir os mesmos caminhos, permitindo que a prática presente floresça no equilíbrio e na diversidade da natureza. A compreensão profunda da transição envolve prioridade na reversão da exploração ambiental, rompendo com práticas de apropriação individual e desrespeito coletivo (TRINDADE-SANTOS; CASTRO, 2021).

Mesmo agendas de mudança dentro da lógica capitalista pregam um falso ideal de equilíbrio, mantendo-os servilmente atrelados ao modelo vigente. O cientista social Boaventura de Souza Santos (2010) já advertia que o paradigma das ciências, no século XX, permanecia inalterado — a história continua sem ultrapassá-lo.

A transição agroecológica tem sido discutida há décadas (RIGON; BEZERRA, 2014), especialmente à luz do desequilíbrio crescente causado por sistemas produtivos expropriativos. O termo “agroecologia” envolve ciência, prática e movimento sociopolítico; uma ecologia dos

saberes que integra conhecimento científico e saberes populares de agricultores familiares, indígenas e camponeses (LEGNAIOLI, 2019).

Os povos originários, guardiões da floresta, oferecem exemplos históricos anteriores ao modelo eurocêntrico centrado na exploração e extração de riquezas, denominadas por Acsehrad et al. (2012) como *acumulação por expropriação*. Suas práticas mostram que não é necessário depender de maquinário ou insumos agressivos ao meio — é essencial promover diálogo e empoderar os povos autóctones (SILVA-e-SILVA, 2023).

Modelos antigos, como os Incas e Maias, desenvolveram sistemas avançados de irrigação e cultivo, eficazes o suficiente para impressionar colonizadores — um patrimônio histórico que fundamenta a resistência contemporânea à agricultura convencional.

A transição agroecológica também questiona o uso abusivo de insumos industriais e energia fóssil, priorizando processos biológicos naturais e denunciando a indústria poluente por seus impactos na fauna e flora (BORSATTO et al., 2019). O objetivo é eliminar agrotóxicos, monoculturas e latifúndios, identificando e combatendo suas origens e mecanismos de apropriação de meios de produção, rompendo com a engrenagem do desequilíbrio.

Apesar disso, não se renega o avanço tecnológico: o conhecimento científico é instrumento para substituir gradualmente manejos convencionais por práticas ecológicas compatíveis com os ciclos biológicos, respeitando atores sociais, suas atitudes e valores (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017).

Nicholls et al. (2016, p. 3) ressaltam que “a agroecologia promove princípios e não regras ou receitas para desenvolver um sistema de produção agroecológico”. Em contextos onde famílias dependem de insumos químicos e agrotóxicos, a reconstrução cultural, a autonomia comunitária e a valorização dos guardiões de sementes se mostram essenciais (FEIDEN; BORSATO, 2011).

Feiden e Borsato (2011) apontam que a mudança profunda exige a união de ações em diferentes contextos para fortalecer resistências múltiplas que ressoem em agendas políticas transformadoras. É fundamental atacar diretamente os centros de produção agressiva, proibindo práticas que desestruturem a diversidade e permitam que “o amanhã possa florescer em possibilidades” — não em caos.

Estamos diante de uma transição lenta, não revolucionária, cujos resultados demonstram múltiplas crises — sanitárias, bélicas, autoritárias. Becker (2002, p. 31) afirma que o novo paradigma emergente muitas vezes representa “outra face do mesmo germe capitalista”, adaptado

e fortalecido por cada crise. Por isso, é preciso implantar um relacionamento harmonioso entre ser humano e natureza, inspirado pelo desenvolvimento sustentável (FINATTO; SALAMONI, 2008; MONTIBELLER, 2004).

Finatto e Salamoni (2008) destacam a centralidade do homem como “totem” salvador e a negligência à biodiversidade — uma propaganda que confunde e engana, mantendo o mesmo modelo insustentável.

O desenvolvimento sustentável propõe a reformulação das formas de apropriação dos recursos naturais, buscando minimizar os custos socioambientais (FINATTO; SALAMONI, 2008). A agroecologia, como ferramenta, possibilita alternativas produtivas menos destrutivas, respeitando ecossistemas.

Estudos comparativos entre sistemas convencionais e orgânicos mostram ganhos claros. Em Mato Grosso, propriedades familiares em sistema orgânico atingiram média de 52 (de 93) em índice de transição agroecológica, acima das propriedades convencionais (FEISTAUER et al., 2017). Borsatto et al. (2019) identificaram que políticas públicas como compras governamentais têm impacto limitado a menos que sejam combinadas com subsídios, crédito e extensão rural para fortalecer a transição. Um outro problema é o *greenwashing*, amplamente documentado no Brasil (LOVATO, 2013), alertando para a dependência de certificados e selos descomprometidos com mudanças reais.

Recomenda-se que a transição agroecológica seja conduzida por meio de uma abordagem sistêmica, integrando diferentes dimensões do conhecimento e da ação. Essa abordagem deve contemplar: **a)** o resgate e a valorização dos saberes ancestrais, oriundos de povos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais; **b)** a utilização de dados objetivos e mensuráveis para avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais, tais como índices de biodiversidade, níveis de fertilidade do solo e variações na renda familiar; **c)** a reformulação de políticas públicas que incluam o fortalecimento do crédito rural, a ampliação da assistência técnica agroecológica e a priorização de compras institucionais voltadas à agricultura familiar; e **d)** o enfrentamento ao *greenwashing*, por meio da implementação de mecanismos rigorosos de fiscalização e critérios mais transparentes e exigentes para certificações socioambientais.

Somente assim será possível construir uma prática agrícola que respeite a vida, a diversidade, a história e a justiça ambiental, sabotando a lógica capitalista predatória e abrindo caminho para novos paradigmas sustentáveis.

3.2 O papel da agroecologia na transição

O termo "Agroecologia" surge no Brasil na década de 1930, sendo inicialmente compreendido como uma aproximação entre ecologia e agricultura, tornando-se sinônimo de "ecologia aplicada". Tratava-se do estudo dos sistemas naturais, ao mesmo tempo em que a ciência agrônoma buscava introduzir métodos científicos de investigação sobre a agricultura (COSTA-NETO; CANAVESI, 2002, p. 203).

Grisi (2009, p. 17) define o termo com base em sua origem semântica, compreendendo-o como a "aplicação de princípios ecológicos nas ciências agrônomicas". Medeiros e Albuquerque (2012) acrescentam que a agroecologia possui uma dupla dimensão: popular e científica. A primeira está relacionada às práticas cotidianas da agricultura tradicional que buscam substituir técnicas degradantes e poluentes. A segunda a define como uma "ciência, com base no enfoque sistêmico e com uma perspectiva interdisciplinar, que se preocupa com o desenvolvimento de modelos de agricultura mais sustentáveis e contextualizados" (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2012, p. 13).

Para Altieri (2012, p. 15), a agroecologia consiste em "desenvolver agrossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa", sendo tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Assim, ela articula saberes e práticas de modo interdisciplinar, envolvendo áreas como agronomia, biologia, ciências agrárias e química, com o objetivo de alterar as formas de interação entre agricultor, ambiente e modelo produtivo, reduzindo os impactos ambientais e promovendo qualidade de vida e segurança alimentar.

Trata-se, portanto, de uma ciência emergente, em construção, cuja proposta é transpor a fragmentação disciplinar em busca da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Santos (2006) conceitua essa ruptura como uma resposta ao "fenômeno global de industrialização da ciência", que consolidou a fragmentação do conhecimento em favor da manutenção do status quo.

Nessa perspectiva, Luz et al. (2020, p. 7) argumentam que a agroecologia é uma disciplina científica que, ao integrar conhecimentos diversos e articular saberes populares e científicos, busca construir sistemas agrícolas produtivos e sustentáveis, com uso otimizado dos recursos naturais e redução dos impactos socioambientais. Ressaltam ainda que a participação ativa dos agricultores é elemento central para o sucesso dessa abordagem.

Monteiro (2019, p. 33) reforça a importância da relação simbólica entre alimentos, natureza e biodiversidade, destacando que a produção alimentar depende de redes complexas

envolvendo solo, microrganismos, animais, vegetais, energia e ciclos naturais, mesmo quando não há consumo direto de produtos de origem animal. Nesse sentido, todos os elementos do ecossistema participam da cadeia alimentar, direta ou indiretamente.

Mattos et al. (2020) discutem a limitação da ciência moderna ao estabelecer fronteiras rígidas entre as disciplinas, reprimindo abordagens integradoras e desvalorizando saberes tradicionais. De modo convergente, Santos (2006) propõe que a agroecologia constrói pontes entre os saberes científicos e os populares, validando o conhecimento das comunidades locais e promovendo formas de produção menos agressivas ao meio ambiente.

Meirelles, Venturin e Guazzelli (2016, p. 71) destacam o papel vital do solo como organismo vivo, defendendo que um manejo adequado deve priorizar a estimulação da vida do solo por meio da redução de insumos químicos solúveis, da adição de matéria orgânica e da observância dos ciclos naturais. O uso incorreto de insumos, segundo os autores, tende a gerar reativações negativas da natureza.

Nessa direção, a agroecologia deve ser compreendida não apenas como abordagem teórica, mas como sistema produtivo completo, que inclui planejamento, escalonamento, plantio, colheita, armazenamento e comercialização, articulado a estratégias de economia solidária e fortalecimento das redes rurais locais. Ao humanizar a produção de alimentos, a agroecologia amplia o debate sobre o "para quê" e o "para quem" produzir, e não apenas "quanto" produzir, respeitando territórios, culturas e biodiversidade.

A proposta agroecológica está diretamente conectada ao conceito do "Bem Viver", conforme Acosta (2016), e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Esses objetivos, que envolvem erradicação da pobreza, fome zero, educação de qualidade, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, entre outros, encontram na agroecologia uma aliada estratégica para promover transformações sociais, econômicas e ambientais.

Segundo Caporal (2009), a transição agroecológica representa a mudança de um modelo industrial de agricultura para modelos sustentáveis e territoriais, sendo orientada por princípios ecológicos, justiça social e autonomia dos sujeitos do campo. Para Mattos et al. (2020), a agroecologia oferece as bases científicas e metodológicas para o redesenho dos agroecossistemas e a construção de novas formas de relação entre seres humanos e natureza.

Nessa perspectiva, Morin (1998, p. 290) aponta que a transformação proposta pela

agroecologia exige uma "mudança no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado", ou seja, requer abertura à complexidade, ao diálogo entre saberes e à reorganização dos sistemas produtivos a partir da realidade dos territórios, com protagonismo dos agricultores.

Em suma, a agroecologia ultrapassa os limites da academia e da teoria, sendo, ao mesmo tempo, um projeto civilizacional, um campo de disputa política e um sistema de produção enraizado na vida cotidiana das comunidades rurais, construído com base na autonomia, na solidariedade, na sustentabilidade e no respeito à diversidade de saberes e formas de vida.

3.3 A transição agroecológica na prática

Como descrito acima, nesse tópico serão discutidos os cinco artigos selecionados, são relatos de experiências relacionados à transição agroecológica, fundamentados por diferentes autores e registrados em periódicos científicos. São eles:

1. MATOS, N. C. S. et al. Produção sustentável de alimentos e educação: uma relação essencial. *Educação Ambiental em Ação*, v. 17, n. 65, p. 1-18, 2018.
2. JESUS, P. P. et al. Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev. 2011.
3. DEVIDE, A. C. P. et al. Estudo sobre gestão ambiental na transição agroflorestal no Vale do Paraíba, São Paulo, Brasil. *Educação Ambiental em Ação*, n. 75, 2021.
4. MONTEIRO, J. A. V. Conversão de gramado em sítio agroecológico urbano: efeitos na ecologia e na paisagem. *Educação Ambiental em Ação*, n. 34, 2021.
5. FELLET, J.; LIMA, F. Agricultores transformam deserto em floresta no semiárido. *Educação Ambiental em Ação*, v. 21, n. 79, 2022.

As experiências apresentadas demonstram que a transição agroecológica pode ser ambientalmente vantajosa, socialmente justa e, em muitos casos, economicamente viável. No entanto, sob a ótica de uma economia linear, que encara os recursos naturais como inesgotáveis, surgem questionamentos sobre sua viabilidade em larga escala.

Matos et al. (2018) destacam, com base em uma revisão bibliográfica, que sistemas agroecológicos e de produção orgânica trazem benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, mas que sua ampliação requer maior divulgação e conscientização da população, “a agricultura sustentável, baseada nos preceitos agroecológicos, que preza pela manutenção do solo, água, ar e biodiversidade, deve ser estimulada” (MATOS et al., 2018, s.p.). Esse relato se insere na Fase 1 da

transição agroecológica segundo Altieri (2012), voltada para a eficiência técnica e difusão de práticas sustentáveis iniciais.

Em um relato de Jesus et al. (2011), informa-se que, nos municípios de Santo Antônio do Descoberto-GO, Cidade Ocidental-GO, Itapuranga-GO e Ceilândia-DF, agricultores familiares foram apoiados por projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de Goiás, Unidade de Goiânia e financiados pelo CNPq, a fim de auxiliá-los na produção de hortaliças e frutas orgânicas, além de implantar o sistema PRV (Pastejo Rotacionado Voisin) nas propriedades e que a iniciativa apresentou resultados na produção desses produtos.

No estudo de Jesus et al. (2011), em Santo Antônio do Descoberto – GO, houve a utilização de um sistema agroflorestal com consórcio de frutíferas, espécies nativas do Cerrado e plantas anuais, como: feijão, milho, gergelim, arroz e girassol. São utilizados “adubos verdes” de crotalaria (*Crotalaria juncea*), mucuna (*Mucuna pruriens*), feijão-de-porco (*Canavalia ensiformes*), feijão-guandu ou andu (*Cajanus cajan*) e tefrosia (*Tephrosia candida*), que são leguminosas fixadoras de nitrogênio, plantadas paralelamente às fileiras, cortadas durante o florescimento para cobertura do solo e, devido ao seu crescimento rápido, suprimem as plantas espontâneas (JESUS et al., 2011).

Jesus et al. (2011) destacam que, embora os sistemas agroflorestais não estejam livres de pragas, utilizam controle fitossanitário alternativo, mantendo inimigos naturais e dispensando agrotóxicos: “o sistema agroflorestal (SAF) não está livre de insetos e pragas, e para isso é adotado o controle fitossanitário alternativo, que mantém a população de inimigos naturais e, portanto, está inteiramente livre de agrotóxicos.” (JESUS et al., 2011, p. 368). Para isso, utilizam-se preparados de Nim-indiano (*Azadirachta indica*), pimenta-malagueta (*Capsicum frutescens*), controle biológico com liberações do parasitóide *Trichogramma* e *Bacillus thuringiensis*, inclusive em plantas de adubação verde⁵, que favorece a sanidade e nutrição das culturas.

Em Cidade Ocidental (GO) como relatam Jesus et al. (2011), famílias agricultoras adotam práticas agroecológicas que unem produção coletiva, diversificação, manejo ecológico e autonomia. Inspirada nos princípios de Altieri (2012), a experiência valoriza o saber local,

⁵ Neste sistema, são incorporadas leguminosas que possuem a capacidade de fixar nitrogênio atmosférico no solo e produzir grande quantidade de biomassa. Essas plantas são conhecidas como *adubos verdes*. O adubo verde consiste em cultivar determinadas espécies vegetais, especialmente leguminosas, com o objetivo de melhorar a fertilidade do solo por meio da adição de matéria orgânica e nutrientes, especialmente nitrogênio, sem o uso de fertilizantes químicos. Essas plantas são manejadas de forma a serem cortadas e deixadas sobre o solo, atuando como cobertura morta (*mulching*), ou incorporadas ao solo, promovendo a sua fertilização natural e ajudando na estruturação e conservação da terra.

organização social, recuperação ambiental e redução da dependência externa. Usam consórcios, adubação verde, controle biológico e sistema mandala, promovendo equilíbrio com a natureza. A comercialização é fortalecida por feiras e pela busca de certificação participativa. A agroindústria local e o apoio de projetos como o Biodiversidade Brasil-Itália ampliam a renda e fortalecem a transição agroecológica como um processo coletivo, cultural e político enraizado no território.

Por fim, em Itapuranga-GO, conforme o relato de Jesus et al. (2011), agricultores familiares apoiados pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) implantaram sistemas sustentáveis de produção como hortas orgânicas, uso de adubos verdes, compostagem e controle natural de pragas com caldas de pimenta, alho e nim-indiano. Também adotaram o sistema PRV (Pastejo Rotacionado Voisin), que integra pastagem e manejo animal com base na fisiologia das plantas com divisão em piquetes e troca de animais de tempos em tempos. As práticas resultaram em recuperação do solo, aumento da produtividade e melhoria na qualidade de vida das famílias. A diversidade produtiva e o uso racional dos recursos mostram como a agroecologia tem sido fundamental para garantir a permanência no campo e a autonomia das comunidades rurais.

O estudo de Jesus et al. (2011) está inserindo na Fase 2 da transição, que se refere à substituição de insumos químicos por alternativas ecológicas. O estudo também sinaliza movimentos rumo à Fase 3, com a reorganização parcial dos sistemas produtivos.

Devide et al. (2021) relataram em Pindamonhangaba – SP, foi feita com a transição agroecológica de uma centenária fazenda, adotado um processo de pesquisa-ação como instrumento pedagógico e prático para que os agroecossistemas em transição superassem os pontos críticos no processo de conversão para sistemas de produção sustentáveis.

O estudo referido mostrou que por meio do sistema Ambitec-Agro o impacto ambiental positivo das pesquisas em função da melhoria da qualidade do solo, redução do uso de insumos externos e de energia, aumento da diversidade de fontes de renda e o incremento da entrada de capital com os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAF) e a diversificação arbórea (DEVIDE et al., 2021). Titonell (2019) classificou uma transição como um incremento de resistência socioecológica, pois nela percebe-se que existe uma auto-organização adaptativa para preservação dos atributos essenciais. Guzmán (2013) classifica a substituição de agroquímicos como uma das etapas para a minimizar os impactos negativos, sendo então um conceito de transição agroecológica de um agroecossistema. A pesquisa de Devide et al. (2021) pode ser classificada na Fase 3

(Redesenho do Sistema), com elementos da Fase 4 (Recriação da Base Econômica), ao fomentar mercados locais e diversificação de renda.

Monteiro (2021), em Macaé – RJ, relatou que ao fazer a transição de um gramado em sítio agroecológico com descompactação e revitalização do solo à base de compostagem aeróbica de biomassa vegetal associada a ação de invertebrados, uso de galinheiro móvel para fertilização dos canteiros destinados aos policultivos, substituição parcial de gramíneas pela implantação de um acervo etnobotânico, adubação realizada quinzenalmente, por via foliar, mediante pulverização de biofertilizante, registrada a presença de 40 diferentes invertebrados, incluindo melíponas dos gêneros *Bombus*, *Tetragonisca* e *Plebeia*, foram observadas 12 espécies da avifauna durante pousio, forrageamento e nidificação no local, houve aumento da ocorrência de anfíbios e répteis, a partir do 50º dia decorrido do início da implantação do sítio originou safras crescentes e sortidas de alimentos, em porções suficientes para dieta básica pessoal e partilhas com a vizinhança, sementes crioulas de variedades incomuns de milhos e tomateiros silvestres foram cultivadas no sítio e parte de suas descendentes foram distribuídas entre agricultores locais, a irrigação foi realizada manualmente, com água tratada e potável, somente nos períodos de estiagem e a transição agroecológica desenvolvida no sítio impulsionou outras iniciativas locais.

A experiência de Monteiro (2021), em Macaé (RJ), representa um caso de redesign sistêmico e sensibilização comunitária com práticas agroecológicas profundas e autônomas, inserindo-se nas Fases 3 e 4, e apontando aspectos da Fase 5 (Transformação Sociopolítica), pois o projeto gerou articulação social e resgate de saberes tradicionais.

Já o estudo de Fellet e Lima (2022, p. 1) relata em Poções – BA que “uma mancha esverdeada se destaca na paisagem ondulada, pequeno município no semiárido baiano”. Segundo os autores, a profusão de cactos, suculentas e árvores contrasta com a pastagem degradada e os solos nus ao redor. A área, anteriormente improdutiva, havia abrigado roças de milho e aipim e, posteriormente, foi usada como pasto para gado. Há cerca de três anos, iniciou-se ali um sistema agroflorestal em 1,8 hectare — equivalente a dois campos de futebol. As primeiras espécies plantadas foram resistentes à seca, como a palma-forrageira e o avelós, que se adaptam a solos degradados. Com o tempo, essas plantas passaram a ser podadas regularmente, e todo o material vegetal foi utilizado para cobertura e adubação do solo, promovendo sua recuperação como cobertura e adubo.

Em sua narrativa, Fellet e Lima (2022) relatam que com a recuperação do solo, espécies

mais exigentes, como árvores frutíferas e de grande porte, já começam a se desenvolver. A diversidade vegetal tem atraído aves, abelhas e outros animais silvestres, que voltaram a circular na área. O objetivo é que a agrofloresta reproduza as características de uma Caatinga preservada, com diferentes estratos vegetais e alta diversidade de espécies, fornecendo mel, frutas e forragem durante todo o ano, isso tudo sem o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos ou irrigação. Fellet e Lima (2022) observam, contudo, que vizinhos ainda resistem à proposta agroflorestal, associando a presença da palma-forrageira à pobreza e à desvalorização da terra — em contraste com as pastagens de gramíneas, vistas como símbolo de status e riqueza.

Fellet e Lima (2022), em Poções (BA), apresentam em seu relato, uma experiência transformadora em área degradada do semiárido, estruturada a partir de espécies da Caatinga e técnicas regenerativas, com rejeição à dependência de insumos externos e valorização dos saberes locais. Essa experiência se insere nas Fases 3, 4 e 5, com forte vínculo sociocultural e crítica ao modelo de produção dominante.

A análise revela que, apesar de distintas em escopo e profundidade, todas as experiências representam fases e aspectos relevantes da transição agroecológica segundo Altieri. No entanto, autores como Ana Maria Primavesi (2002) complementam essa discussão ao defender a regeneração do solo como premissa para qualquer agricultura sustentável, alertando para a importância da saúde do solo como organismo vivo e base da vida. Primavesi contribui para reforçar que não há transição agroecológica possível sem a reconstrução da fertilidade do solo.

Ailton Krenak (2019) traz um olhar filosófico e ético, ao denunciar a visão ocidental que dissocia o ser humano da natureza. Para ele, a agroecologia é uma forma de reconectar com o planeta, rompendo com a lógica colonialista de dominação da terra. A partir desse olhar, experiências como as de Monteiro (2021) e Fellet e Lima (2022) assumem papel político na recriação de vínculos entre povos, território e ancestralidade.

Altieri (2012) entende que a agroecologia, além de técnica e ciência, é movimento político. Nesse sentido, a agroecologia não é apenas uma alternativa técnica, mas uma proposta de transformação do modelo agroalimentar, reafirmando a soberania alimentar e a justiça social. Isso implica também um reposicionamento epistemológico da produção de conhecimento agrícola, que passa a incorporar as racionalidades locais, os modos de vida tradicionais e a diversidade cultural como parte do processo agroecológico.

A agroecologia se opõe ao modelo agroindustrial dominante, cujas práticas intensivas de

monocultura, uso de sementes transgênicas e dependência de agrotóxicos causam erosão da biodiversidade, empobrecimento do solo e insegurança alimentar. A transição agroecológica, portanto, não se resume à mudança de insumos, mas exige transformação estrutural nos modos de produção, distribuição e consumo, valorizando circuitos curtos de comercialização e vínculos comunitários.

Primavesi (2002, p. 34) destaca que “solo saudável gera planta saudável”, reforçando que a base da agroecologia está na vida do solo e na relação equilibrada com os ciclos naturais. Esse entendimento se alinha à crítica de Krenak (2019, p. 40), que aponta como a modernidade separou o ser humano da natureza, enfraquecendo laços espirituais e ancestrais com o território. Para ele, é preciso “reter o rio” dentro de nós, como metáfora da continuidade da vida e da conexão com a terra, resgatando formas de existência pautadas no cuidado, na escuta e na integração com os ciclos naturais.

As análises mostram que a transição agroecológica é um caminho promissor para romper com o modelo de produção convencional e predatório. Contudo, tais mudanças exigem maior mobilização coletiva e superação de barreiras estruturais, como o incentivo a agrotóxicos e a pressão da bancada ruralista. A resistência dos povos originários e seus saberes ancestrais devem ser reconhecidos como centrais nesse processo de reconexão com a terra.

O relato de Monteiro (2021) exemplifica a educação ambiental como elemento transformador no meio rural, conforme Galvão (2007) e Lima (2012), demonstrando que práticas educativas e sensíveis podem alterar a relação com a terra.

As experiências analisadas evidenciam que a transição agroecológica é possível, diversa e conectada a múltiplas dimensões – técnicas, sociais, culturais e políticas. A partir de realidades distintas, os estudos demonstram que a agroecologia promove regeneração ambiental, autonomia camponesa e resgate de saberes locais, sendo mais do que um modelo produtivo: é um movimento de resistência e transformação. Entretanto, sua ampliação depende de políticas públicas, formação crítica e valorização de epistemologias ancestrais. Ao propor outra relação com a terra e com os territórios, a agroecologia reafirma a soberania alimentar, desafia o agronegócio e propõe um futuro possível para o campo e para o planeta.

4 Considerações finais

A transição agroecológica não se limita à substituição de insumos ou práticas agrícolas; trata-se de uma mudança profunda nos modos de pensar, produzir e se relacionar com a natureza.

As experiências analisadas revelam que essa transição exige transformações técnicas, culturais e políticas, articuladas a partir de práticas que valorizam o conhecimento tradicional, promovem a autonomia dos agricultores e fortalecem os vínculos comunitários.

A agroecologia se mostra como um caminho possível e necessário para superar o modelo produtivista dominante, baseado na exploração intensiva e na lógica do lucro. Ao integrar práticas ecológicas e justiça social, ela aponta para uma agricultura centrada na vida, na diversidade e na cooperação. As iniciativas concretas analisadas, mesmo em contextos adversos, demonstram que é possível regenerar solos, fortalecer redes locais, promover segurança alimentar e ampliar a resiliência das comunidades.

No entanto, para que essas experiências não permaneçam isoladas, é fundamental o apoio de políticas públicas, o fortalecimento da agricultura familiar e a fiscalização de práticas sustentáveis. A construção de um modelo agroecológico depende do envolvimento coletivo e da ruptura com paradigmas excludentes. Assim, a agroecologia se consolida como uma proposta transformadora rumo a um futuro mais justo e equilibrado.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos**, CES [online], v. 17, p. 163-183. 2012.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. Guaíba: Agropecuária, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?** Santa Cruz do Sul. Editora EDUNISC, 2002.

BORSATTO, R. S.; ALTIERI, M. A.; DUVAL, H. C.; PEREZ-CASSARINO, J. Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 99–113, 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R. Transição agroecológica e o papel da extensão rural. **Extensão Rural**, v. 27, n. 3, p. 7-19, 2020.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão rural agroecológica: experiências e limites. **Redes**, v. 22, n. 2, p. 275-297, 2017.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

COSTA-NETO, C.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecologia Política. Natureza, sociedade y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo** (1931-1994). Projeto Periferia. 2003.

DEVIDE, A. C. P.; CASTRO, C. M.; RODRIGUES, G. S.; RIBEIRO, R. L. D.; ABBOUD, A. C. S. Estudo sobre gestão ambiental na transição agroflorestal no Vale do Paraíba, São Paulo, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**, n. 75, 2021. Disponível em: <http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=4165> Acesso em: 02 jul. 2025.

FEIDEN, A.; BORSATO, A. V. Como transformar uma propriedade convencional em agroecológica? **Embrapa Pantanal-Outras publicações técnicas** (INFOTECA-E), 2011.

FEISTAUER, D.; LOVATO, P. E.; ROSA, A. C. M.; SIMINSKI, A. Avaliação da transição agroecológica em propriedades rurais familiares em sistema orgânico e convencional de produção no norte do Mato Grosso. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 1, p. 32-41, 2017.

FELLET, J.; LIMA, F. Agricultores transformam deserto em floresta no semiárido. **Educação Ambiental em Ação**, v. 21, n. 79, 2022. Disponível em: <https://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=4299> Acesso em: 02 jul. 2025.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v.20, n.2, p.199-217, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALVÃO, M. N. C. **Educação Ambiental nos Assentamentos Rurais do MST**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISI, B. **Glossário de Ecologia e Ciências Ambientais**. 3. ed. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2009.

GUZMÁN, E. T. **Agroecología política**: propuestas para una transición agroecológica. Madrid: Icaria, 2013.

JESUS, P.P. SILVA, J.S. MARTINS, J.P. RIBEIRO, D. D. ASSUNÇÃO, H.F. Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev., 2011.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEGNAIOLI, S. O que é agroecologia? **Educação Ambiental em Ação**, v. 18, n. 68, 2019. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3653> Acesso em: 02 jul. 2025.

LIMA, A. B. **Territorialidades Camponesas**: assentamento rural e agroecologia na Mata Sul Paraibana. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2012.

LOVATO, M. L. *Greenwashing* no Brasil: quando a sustentabilidade ambiental se resume a um rótulo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, [S. l.]**, v. 8, p. 162–171, 2013.

LUZ, V. O.; CARVALHO, A. A.; LANDIM, B. S. P.; SOUSA, E. M.; SILVA, D. F. M. A agroecologia e educação ambiental como auxílio no ensino da biologia para a preservação dos recursos naturais. **Educação Ambiental em Ação**, v. 18, n. 70. 2020. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3911> Acesso em: 28 jun. 2022.

MATOS, N. C. S.; ANDREAZZI, M. A.; GASPAROTTO, F.; LIZAMA, M. A. P.; QUEIROZ, F. M.; CAVALIERI, F. L. B. Produção sustentável de alimentos e educação: uma relação essencial. **Educação Ambiental em Ação**, v. 17, n. 65, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3350> Acesso em: 02 jul. 2025.

MATTOS, J. L. S.; LIMA, J. R. T.; SILVA, J. N.; SOUZA, G. S. C.; FONSECA, F. D. **Transição agroecológica no Assentamento Chico Mendes III – PE**. In: REDIN, E. (Org.) *Agroecologia em Foco*, v. 5, Belo Horizonte: Poisson, 2020.

MEDEIROS, M. F. T.; ALBUQUERQUE, U. P. **Dicionário Brasileiro de Enobiologia e Etnoecologia**. Recife, PE: Nupeea, 2012.

MEIRELLES, L.; VENTURIN, L.; GUAZZELLI, M. J. **Agricultura ecológica**: alguns princípios básicos. Ipê: Centro Ecológico, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Edição: 3 ed. [s.l.] Boitempo, 2002.

MONTEIRO, J. A. V. Contribuição do jardim vital para a agroecologia em solos litorâneos. **Educação Ambiental em Ação**, v. 18, n. 68, 2019. Disponível em:

<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3748> Acesso em: 02 jul. 2025.

MONTEIRO, J. A. V. Conversão de gramado em sítio agroecológico urbano: efeitos na ecologia e na paisagem. **Educação Ambiental em Ação**, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4086> Acesso em: 01 jun. 2025.

MONTIBELLER, F. G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A.; VAZQUEZ, L. Agroecology: principles for the conversion and redesign of farming systems. **Journal of Ecosystem and Ecography S**, v. 5, 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**. 2015. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods> Acesso em: 27 jun. 2025.

PIRES, A. C. D. Agroecologia como educação para o bem viver. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 14, n. 2, p. 17-26, 2021.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

RIGON, S. A.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, n. 9, v. 2, p. 435–443, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2014.11628> Acesso em: 13 jun. 2025.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2010.

SILVA-e-SILVA, J. Morte e vida Tenetehara: a luta dos Guardiões da Floresta. **Faces de Clio, [S. l.]**, v. 8, n. 16, p. 108–122, 2023.

TITONELL, P. Las transiciones agroecológicas: múltiples escalas, niveles y desafíos. **Revista de La Facultad de Ciencias Agrarias UNCuyo**, v. 51, n. 1, p. 231-246, 2019.

TRINDADE-SANTOS, M. E.; CASTRO, M. S. Manejo ecológico de solo: chave para o processo de transição agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 1, p. 12, 2021.

WITTMAN, H. Food Sovereignty: a new rights framework for food and nature?. **Nova Iorque: Environment and Society**, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011.